

4.º Durante o período de vigência das medidas preventivas fica suspenso para aquelas áreas o Plano Geral de Urbanização da Vila de Mértola, ratificado por despacho de 13 de Julho de 1990, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 15 de Novembro de 1990.

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Assinada em 6 de Outubro de 1997.

O Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, *José Augusto de Carvalho*.

ANEXO

Medidas preventivas

Artigo 1.º

Ficam sujeitas e medidas preventivas, nos termos do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, e no capítulo II

do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, as áreas situadas no perímetro urbano da vila de Mértola e identificadas na planta anexa ao presente diploma, do qual faz parte integrante, sob as designações de zona 1, zona 2 e zona 3.

Artigo 2.º

As medidas estabelecidas no número anterior consistem na proibição nas respectivas áreas:

- a) De construção, reconstrução ou ampliação de edifícios ou outras instalações;
- b) De alterações importantes por meio de aterros ou escavações à configuração geral dos terrenos.

Artigo 3.º

As presentes medidas preventivas vigoram pelo prazo de dois anos.

Artigo 4.º

São competentes para promover o cumprimento das medidas preventivas e proceder em conformidade com o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, a Câmara Municipal de Mértola e a Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Portaria n.º 1095/97

de 3 de Novembro

O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 41/94, de 11 de Fevereiro, que transpõe para o direito nacional a Directiva do Conselho n.º 92/75/CEE, de 22 de Setembro, relativa

à indicação do consumo de energia dos aparelhos domésticos por meio de etiquetagem e de outras indicações uniformes relativas aos produtos, remeteu para portaria a regulamentação daquele diploma.

Em conformidade com a referida directiva, a Comissão das Comunidades Europeias adoptou a Directiva n.º 96/60/CE, de 19 de Setembro, relativa à etiquetagem

energética das máquinas combinadas de lavar e secar roupa para uso doméstico.

A presente portaria transpõe para a ordem jurídica interna esta última directiva, procedendo à regulamentação do referido decreto-lei no que se refere a este tipo de aparelhos.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Economia, o seguinte:

1.º

Objecto

A presente portaria estabelece as regras relativas à etiquetagem energética das máquinas combinadas de lavar e secar roupa para uso doméstico, regulamentando o Decreto-Lei n.º 41/94, de 11 de Fevereiro, no que se refere àqueles aparelhos.

2.º

Âmbito

1 — As disposições da presente portaria aplicam-se às máquinas combinadas de lavar e secar roupa, para uso doméstico, desde que possam ser alimentadas pela rede de distribuição pública de energia eléctrica.

2 — Excluem-se do número anterior os aparelhos que possam também utilizar outras fontes de energia, nomeadamente baterias, os modelos de aparelhos cuja produção tenha cessado antes da entrada em vigor da presente portaria, bem como os aparelhos usados.

3.º

Normalização

1 — As informações requeridas pela presente portaria serão obtidas em conformidade com a norma portuguesa que adopte a norma europeia EN 50 229 e cujo número de referência tenha sido publicado no *Diário da República* pelo Instituto Português da Qualidade.

2 — A informação relativa ao ruído deve ser obtida através de medições efectuadas de acordo com o disposto no Regulamento Geral sobre o Ruído, aplicando-se a norma europeia EN 60 704-3, a norma europeia EN 60 704-2-4 para a lavagem e a centrifugação e a norma europeia EN 60 704-2-6 para a secagem.

4.º

Documentação técnica

A documentação técnica referida no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 41/94 deverá incluir:

- a) O nome e morada do fornecedor;
- b) Uma descrição genérica do modelo do aparelho que permita identificá-lo sem margem para dúvidas;
- c) Dados relativos às principais características do projecto do modelo em questão, designadamente as que afectem de modo significativo o consumo de energia, incluindo desenhos, quando relevante;

d) Relatórios dos ensaios de medição efectuados no modelo do aparelho, no âmbito dos procedimentos previstos no artigo anterior;

e) Instruções de funcionamento, se aplicável.

5.º

Organismos acreditados

Os organismos acreditados, designados por «certificados» na alínea c) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 41/94, de 11 de Fevereiro, devem estar qualificados para o efeito, nos termos do Decreto-Lei n.º 234/93, de 2 de Julho, que instituiu o Sistema Português da Qualidade.

6.º

Etiquetas e fichas

1 — A etiqueta referida no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 41/94 deve obedecer às especificações do anexo I, devendo ser colocada na parte externa do aparelho, à frente ou em cima, por forma a ser claramente visível.

2 — O teor e estrutura da ficha de informação sobre o produto, referida no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 41/94, deve obedecer às especificações do anexo II.

3 — Sempre que um aparelho seja proposto para venda ou para aluguer, com ou sem opção de compra, nas circunstâncias previstas no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 41/94, a informação sob forma impressa, nomeadamente por catálogo de vendas por correspondência, deve incluir todos os dados constantes do anexo III.

4 — A classe de eficiência energética, bem como a classe de eficiência de lavagem de cada aparelho, devem ser determinadas em conformidade com o anexo IV.

5 — Os anexos referidos nos números anteriores fazem parte integrante da presente portaria.

7.º

Coordenação da aplicação global do diploma

1 — A Direcção-Geral da Energia coordenará a aplicação global do presente diploma, devendo propor as medidas necessárias à prossecução dos seus objectivos, bem como as que se destinem a assegurar a ligação com a Comissão Europeia.

2 — As entidades fiscalizadoras devem enviar trimestralmente à Direcção-Geral da Energia uma listagem das acções de fiscalização realizadas naquele período, destacando os modelos dos aparelhos onde foram verificadas infracções e a natureza das mesmas.

8.º

Entrada em vigor

1 — Esta portaria entra imediatamente em vigor.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, até 31 de Janeiro de 1998 será permitida a colocação

no mercado, a comercialização e a exposição para venda de aparelhos não conformes com esta portaria, bem como a distribuição de catálogos de venda por correspondência não conformes com o anexo III.

Ministério da Economia.

Assinada em 6 de Outubro de 1997.

O Ministro da Economia, *Augusto Carlos Serra Ventura Mateus*.

ANEXO I

Etiqueta

1 — Concepção da etiqueta. — A etiqueta deve ser conforme com o modelo seguinte:

Energia		Máquina de lavar e secar roupa	
Fabricante		Logos	I
Modelo		ABC 123	II
Mais eficiente		B	III
A			
B			
C			
D			
E			
F			IV
G			
Menos eficiente			
Consumo de energia kWh (Lavagem e secagem da capacidade máxima a 60 °C)		X.YZ	V
Lavagem (unicamente) kWh		X.YZ	VI
O consumo real de energia dependerá das condições de utilização do aparelho			
Eficiência de lavagem A mais elevada G mais baixa Velocidade de centrifugação (rpm)		A B C D E F G 1 100	VII
Capacidade Lavagem		y.z	IX
(algodão) kg Secagem		y.z	X
Consumo de água (total) l		yx	XI
Nível de ruído [dB(A) re 1 pW]	Lavagem Centrifugação Secagem	xyz xyz xyz	XII
Ficha pormenorizada no folheto do produto			
Norma EN 50228 (Directiva 90/269/EEC relativa à etiquetagem de máquinas de lavar e secar roupa)			

2 — Notas relativas à etiqueta. — As notas que se seguem especificam os dados que devem ser incluídos na etiqueta:

- I) Nome ou marca comercial do fornecedor;
- II) Identificação do modelo do fornecedor;

III) Classe de eficiência energética determinada em conformidade com o anexo IV, devendo a letra apropriada ser colocada ao mesmo nível da seta correspondente;

IV) Sem prejuízo de quaisquer eventuais requisitos decorrentes do sistema comunitário de atribuição da etiqueta ecológica, se, ao abrigo do Regulamento n.º 880/92 (CEE), do Conselho, de 23 de Março, tiver sido atribuído a um modelo uma «etiqueta ecológica comunitária», poderá incluir-se aqui uma cópia dessa etiqueta ecológica (a flor). O «guia de desenho das etiquetas para máquinas combinadas de lavar e secar roupa», referido no n.º 3 do presente anexo, explica como a marca ecológica pode ser incluída na etiqueta;

V) Consumo de energia em kilowatt-hora por ciclo de operação completa (lavagem, centrifugação e secagem), utilizando o ciclo normal de tecidos de algodão a 60°C, e o ciclo de secagem de «algodão pronto a arrumar», de acordo com os procedimentos de ensaio das normas harmonizadas referidos no n.º 1 do n.º 3.º da presente portaria;

VI) Consumo de energia em kilowatt-hora por ciclo de lavagem (lavagem e centrifugação apenas), utilizando o ciclo normal de tecidos de algodão a 60°C, de acordo com os procedimentos de ensaio das normas harmonizadas referidos no n.º 1 do n.º 3.º da presente portaria;

VII) Classe de eficiência de lavagem, determinada em conformidade com o anexo IV;

VIII) Velocidade máxima de centrifugação no ciclo normal de tecidos de algodão a 60°C, de acordo com os procedimentos de ensaio das normas harmonizadas referidos no n.º 1 do n.º 3.º da presente portaria;

IX) Capacidade (de lavagem) do aparelho, em quilogramas, no ciclo normal de tecidos de algodão a 60°C (sem secagem), de acordo com as normas harmonizadas referidas no n.º 1 do n.º 3.º da presente portaria;

X) Capacidade (de secagem) do aparelho, em quilogramas, no ciclo de secagem de «algodão pronto a arrumar», de acordo com as normas harmonizadas referidas no n.º 1 do n.º 3.º da presente portaria;

XI) Consumo de água, em litros, no ciclo de operação completa (lavagem, centrifugação e secagem), utilizando o ciclo normal de tecidos de algodão a 60°C e o ciclo de secagem de «algodão pronto a arrumar», de acordo com as normas harmonizadas referidas no n.º 1 do n.º 3.º da presente portaria;

XII) «Nível de ruído» durante os ciclos de lavagem e de centrifugação (com base no ciclo normal de tecidos de algodão a 60°C), e durante o ciclo de secagem (com base no ciclo de secagem de «algodão pronto a arrumar»).

de algodão a 60°C e o ciclo normal de secagem de «algodão pronto a arrumar»), relativamente à capacidade nominal de lavagem, de acordo com as normas harmonizadas referidas no n.º 1 do n.º 3.º da presente portaria;

- 15) Os fornecedores podem incluir as mesmas informações mencionadas nos n.ºs 5) a 14) relativamente a outros ciclos de lavagem ou de secagem;
- 16) Consumo de energia e de água, que corresponde a 200 vezes os consumos referidos nos n.ºs 5) (energia) e 12) (água). Este consumo médio será expresso como «Consumo anual típico de um agregado familiar de quatro pessoas que utiliza sempre a máquina combinada de lavar e secar para secar a roupa (200 ciclos)»;
- 17) Consumo de energia e de água, que corresponde a 200 vezes os consumos referidos nos n.ºs 6) (energia) e 13) (água). Este consumo médio será expresso como «Consumo anual típico de um agregado familiar de quatro pessoas que nunca utiliza a máquina combinada de lavar e secar para secar a roupa (200 ciclos)»;
- 18) «Nível de ruído» durante os ciclos de lavagem e de centrifugação (com base no ciclo normal de tecidos de algodão a 60°C) e durante o ciclo de secagem (com base no ciclo de secagem de «algodão pronto a arrumar»).

A ficha pode ser apresentada sob a forma de uma reprodução da etiqueta, quer a cores quer a preto e branco, à qual se adicionam os restantes dados que nesta não figuram.

ANEXO III

Vendas por correspondência e outras vendas à distância

Os catálogos de vendas por correspondência e outras informações impressas referidos no n.º 3 do n.º 6.º da presente portaria devem conter os dados que se seguem, na ordem por que são indicados:

- 1) Classe de eficiência energética [anexo II, n.º 3)];
- 2) Consumo de energia (lavagem, centrifugação e secagem) [anexo II, n.º 5)];
- 3) Consumo de energia (apenas lavagem e centrifugação) [anexo II, n.º 6)];
- 4) Classe de eficiência de lavagem [anexo II, n.º 7)];
- 5) Eficiência de centrifugação [anexo II, n.º 8)];
- 6) Velocidade máxima de centrifugação [anexo II, n.º 9)];
- 7) Capacidade (lavagem) [anexo II, n.º 10)];
- 8) Capacidade (secagem) [anexo II, n.º 11)];
- 9) Consumo de água (lavagem e secagem) [anexo II, n.º 12)];
- 10) Consumo de água (apenas lavagem e centrifugação) [anexo II, n.º 13)];
- 11) «Consumo anual típico de um agregado familiar de quatro pessoas que utiliza sempre a máquina combinada de lavar e secar para secar a roupa» (200 ciclos) [anexo II, n.º 16)];
- 12) «Consumo anual típico de um agregado familiar de quatro pessoas que nunca utiliza a máquina combinada de lavar e secar para secar a roupa» (200 ciclos) [anexo II, n.º 17)];
- 13) Nível de ruído [anexo II, n.º 18)].

Caso sejam apresentados outros dados constantes da ficha de informação sobre o produto, estes deverão res-

peitar a estrutura definida no anexo II e ser incluídos no quadro supra pela ordem definida na ficha. A dimensão e o tipo de caracteres utilizados para a impressão dos dados supracitados devem assegurar a sua legibilidade.

ANEXO IV

Classes de eficiência

1 — A classe de eficiência energética dos aparelhos deverá ser determinada em conformidade com o quadro n.º 1.

QUADRO N.º 1

Classe de eficiência energética	Consumo de energia «C» em kilowatt-hora por quilograma de roupa num ciclo de operação completa (lavagem, centrifugação e secagem), utilizando o ciclo normal de lavagem de tecidos de algodão a 60°C e o ciclo de secagem de «algodão pronto a arrumar», de acordo com os procedimentos de ensaio das normas harmonizadas referidos no n.º 1 do n.º 3.º
A	$C \leq 0,68$
B	$0,68 < C \leq 0,81$
C	$0,81 < C \leq 0,93$
D	$0,93 < C \leq 1,05$
E	$1,05 < C \leq 1,17$
F	$1,17 < C \leq 1,29$
G	$1,29 < C$

2 — A classe de eficiência de lavagem dos aparelhos deverá ser determinada em conformidade com o quadro n.º 2.

QUADRO N.º 2

Classe de eficiência de lavagem	Índice «P» de eficiência de lavagem como definido nas normas harmonizadas referidas no n.º 1 do n.º 3.º, com base num ciclo normal a 60°C.
A	$P > 1,03$
B	$1,03 \geq P > 1,00$
C	$1,00 \geq P > 0,97$
D	$0,97 \geq P > 0,94$
E	$0,94 \geq P > 0,91$
F	$0,91 \geq P > 0,88$
G	$0,88 \geq P$

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 1096/97

de 3 de Novembro

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 119/97, de 15 de Maio, foi aprovado o novo regime de taxas que incidem sobre o vinho e os produtos do sector vitivinícola, que estabelece o pagamento da taxa de promoção por autoliquidação para os vinhos comercializados a granel e por selo para os produtos embalados.

No entanto, prevê o citado diploma que o sistema de autoliquidação venha a ser extensivo aos produtos embalados, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, cuja publicação será efectuada em tempo